


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de Economia e Relações Internacionais

Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

 Telefone: (34) 3239-4327 - <http://www.ie.ufu.br/> - ie@ufu.br

PLANO DE ENSINO
1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Planejamento e Política Econômica									
Unidade Ofertante:	Instituto de Economia e Relações Internacionais (IERI)									
Código:	IEUFU41072		Período/Série:		7º		Turma:		N	
Carga Horária:						Natureza:				
Teórica:	72h	Prática:		Total:	72h	Obrigatória: (X)		Optativa:	()	
Professor(A):	PROF. DR. CÁSSIO GARCIA RIBEIRO S. da SILVA					Ano/Semestre:		2022.1		
Observações:										

2. EMENTA

Estado, Economia e Planejamento. Dilemas da Política Econômica. Crise do Planejamento no Brasil: antecedentes, condicionantes estruturais e conjunturais. Os limites do Plano Plurianual (PPA) enquanto instrumento de planejamento. Análise de políticas setoriais e o papel dessas políticas como instrumentos de planejamento voltados para o desenvolvimento econômico e social: Políticas agrícola e agrária; Políticas Industrial e Tecnológica; Infra-Estrutura; Marco Regulatório e Parcerias Público-Privadas; Políticas Sociais, Previdência Social e Políticas de Redistribuição de Rendas; Política Regional.

3. JUSTIFICATIVA

Inicialmente a disciplina apresenta elementos essenciais ao entendimento da relação entre Estado e Mercado desde o Pós Guerra na tentativa de mostrar aos alunos os principais condicionantes das mudanças do padrão de intervenção estatal a partir dos anos 1980. Após esta abordagem mais geral segue a apresentação dos conceitos de Planejamento Econômico e Política Econômica e com base em uma retrospectiva histórica faz-se o estudo das principais mudanças no Planejamento Econômico no Brasil até chegarmos aos limites colocados ao Planejamento brasileiro a partir da crise da dívida externa. Ao estudo da crise do planejamento no Brasil segue a análise do PPA enquanto instrumento de planejamento, mostrando suas limitações com base na relação entre o PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e, a partir de 2001, o papel exercido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Por fim, é realizada uma discussão sobre os Planos Plurianuais (PPAs) no Brasil, avaliando quais são as prioridades governamentais estabelecidas nesses documentos, bem como as perspectivas de que eles exerçam sua função do ponto de vista do planejamento. Segue-se uma análise de planos e programas setoriais recentes no Brasil: política industrial e tecnológica; política agrícola; política para infraestrutura econômica; políticas sociais; de renda e emprego.

4. OBJETIVO
Objetivo Geral:

O objetivo da disciplina é apresentar aos estudantes conhecimentos essenciais para o entendimento das relações entre Estado (Políticas) e economia, assim como os principais condicionantes destas relações no pós Segunda Guerra Mundial. Desta forma, pretende-se trabalhar as noções básicas de planejamento econômico e política econômica e suas diferenças. Por fim, pretende-se apresentar planos e programas recentes e discutir o padrão de intervenção estatal que foi implementado no Brasil desde os anos 1990.

5. PROGRAMA

1. Estado e Planejamento: objetivos, desafios e metodologias;
2. Crise do Planejamento Econômico no Brasil: antecedentes, condicionantes estruturais e conjunturais;
- 3 - Planejamento Brasil Século XXI: elementos para o pensar e o agir;
- 4 - PPA: caracterização, potencialidades e limites enquanto instrumento de planejamento governamental no Brasil.

6. **METODOLOGIA**

A disciplina será oferecida de forma presencial, com complementação de carga horária com atividades assíncronas, destinadas à preparação dos seminários. Neste curso pretende-se utilizar como metodologia de ensino: i) aulas expositivas; ii) aulas dialogadas; iii) análises de casos; iv) debates; v) estudos dirigidos e; vi) apresentação e análise de vídeos.

7. **AVALIAÇÃO**

- 1) Seminário 1: grupos (formados por entre três e cinco alunos) elaborarão um seminário privilegiando um dos dois primeiros tópicos da disciplina. Os critérios adotados para a avaliação dos seminários serão apresentados previamente aos alunos e estarão disponíveis para download na plataforma da disciplina (VALOR: 20 PONTOS).
- 2) Seminário 2: grupos (formados por entre três e cinco alunos) elaborarão um seminário privilegiando um dos dois últimos tópicos da disciplina. Os critérios adotados para a avaliação dos seminários serão apresentados previamente aos alunos e estarão disponíveis para download na plataforma da disciplina (VALOR: 20 PONTOS).
- 3) Fichas de leitura, resenhas, resumos, questionários e atividades prévias aos seminários (VALOR: 10 PONTOS).
- 4) Duas provas dissertativas, individuais e sem consulta, sendo que na primeira será cobrado o conteúdo dos dois primeiros tópicos da disciplina, já a segunda, envolverá o conteúdo dos dois últimos tópicos (VALOR: 25 pontos cada).
- 5) Uma prova de recuperação, valendo 25 pontos, contemplando o conteúdo da prova em que o aluno tiver obtido o pior desempenho.

A aferição da assiduidade dos alunos será feita por meio da realização de chamada durante as aulas síncronas.

8. **BIBLIOGRAFIA**

Básica

CARDOSO Jr, J. C. Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil: elementos para ressignificar o debate e capacitar o estado. Brasília: Ipea, 2011.

CARDOSO Jr, José Celso. Planejamento Brasil Século XXI: inovação institucional e refundação administrativa - elementos para o pensar e o agir. Brasília: Ipea, 2015.

CARDOSO JR., J. C. Planejamento Governamental para Céticos: evidências históricas e teóricas no Brasil. São Paulo: Ed. Quanta, 2020.

Complementar

CARDOSO JR., J. C., Cunha, A. dos Santos. Planejamento e avaliação de políticas públicas/organizadores. – Brasília : Ipea, 2015.

KON, A. Subsídios Teóricos e Metodológicos ao Planejamento Econômico Público. Relatório de pesquisa nº 12/1997, EAESP/FGV/NPP, 1997.

FURTADO, Celso. Entrevista com o professor Celso Furtado. [Concedida a] Mário Theodoro. Revista Economia Ensaios, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 9-27, jan.-jul. 2008.

MATUS, C. O plano como aposta. In: PAGNUSSAT, José Luiz; GIACOMONI, James. (Org) Planejamento e orçamento governamental. Coletânea, v. 1. 1. ed. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2006.p. 115-144.

PFEIFFER, Peter. O quadro lógico: um método para planejar e gerenciar mudanças. REVISTA DOSERVIÇO PÚBLICO. Brasília, v. 51, n. 1, p.81-122, jan./mar. 2000.

9. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____

Coordenação do Curso de Graduação: _____



Documento assinado eletronicamente por **Cassio Garcia Ribeiro Soares da Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 07/09/2022, às 22:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3900943** e o código CRC **AF845852**.